

CIBERATIVISMO TRANS: CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA NOVA GERAÇÃO MILITANTE

TRANS CYBER-ACTIVISM: OBSERVATIONS ON A NEW GENERATION OF ACTIVISTS

Mario Felipe de Lima Carvalho*

Sérgio Carrara**

RESUMO:

A partir de um breve histórico do movimento trans no Brasil, apresentamos alguns elementos do contexto atual, no qual dois processos se mostram aparentemente antagônicos: de um lado, uma maior institucionalização da luta política através da ampliação dos canais de interação sócio-estatal e da gestação de repertórios para tais interações na esfera discursiva dos encontros presenciais em âmbito nacional, e por outro lado, um processo de desinstitucionalização marcado pelo surgimento de coletivos avessos ao diálogo com o Estado, com práticas comunitaristas e repertórios gestados na esfera discursiva da internet. Nossa hipótese é que está polarização, que por vezes aparece no vocabulário militante na divisão “cooptadas” ou “caretas” VS. “inconsequentes” ou “radicais”, é muito mais aparente que substancial. Neste sentido, exploramos os repertórios e discursos de ativistas trans na internet a fim de traçar os elementos de continuidade e rompimento no projeto político e nas estratégias acionadas.

PALAVRAS-CHAVE: ciberativismo; travestis; transexuais; movimentos sociais

ABSTRACT:

Starting with a brief history of the Brazilian trans movement, we present some elements of the current context, in which two processes are apparently antagonistic: on the one hand, greater institutionalization of political struggle through the expansion

* Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS-UERJ. Pesquisador colaborador no Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM-IMS-UERJ). RIO DE JANEIRO, Brasil. mariofelipe@gmail.com

** Professor no Instituto de Medicina Social da UERJ e Coordenador do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM-IMS-UERJ). RIO DE JANEIRO, Brasil. scarrara1@gmail.com

of social-state interaction channels and the construction of repertoires for such interactions in the discursive sphere of the national meetings, and on the other hand, a deinstitutionalization process marked by the emergence of groups averse to dialogue with the state, with communitarian practices and repertoires constructed on the internet. Our hypothesis is that this polarization, which sometimes appears in the activist vocabulary as “co-opted” or “old-fashioned” VS. “inconsequent” or “radical”, is more apparent than substantial. In this sense, we explore the repertoires and speeches by trans activists on the internet in order to trace the elements of continuity and rupture in the political project and the driven strategies.

KEYWORDS: cyber-activism; transgender; transsexuals; social movements

INTRODUÇÃO

Historicamente, é predominante um mesmo modelo na construção das primeiras organizações de travestis¹ no Brasil: a partir da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, com forte apoio institucional de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDS através projetos de prevenção junto à população de travestis prostitutas². Assim, o binômio violência policial/AIDS foi pedra fundamental da constituição do movimento. A epidemia da AIDS enquanto um fenômeno social, político e sanitário se configura como o principal elemento da estrutura de oportunidades políticas para este movimento, enquanto a violência policial seria a principal injustiça percebida e articulada politicamente. Este processo pode ser percebido na formação da primeira organização política de travestis do Brasil, a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), fundada em 1992 a partir de um grupo de travestis prostitutas com o apoio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado “Saúde na Prostituição”.

O relativo sucesso em suas primeiras ações no enfrentamento a violência policial e às prisões arbitrárias teria sido motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem ainda em 1993 o primeiro Encontro Nacional de Travestis sob o slogan “Cidadania não tem roupa certa”. Estes encontros se configuram como o principal fórum deliberativo do movimento e responsável por sua organização em nível nacional, resultando na criação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em dezembro de 2000, no formato de uma rede de ONGs. A relação das ativistas da ANTRA com as políticas da AIDS resultou no lançamento da campanha “Travesti e Respeito” em janeiro de 2004, finan-

ciada pelo Ministério da Saúde. O dia do lançamento desta campanha, 29 de janeiro, passou a ser celebrado como o “Dia da Visibilidade Trans”.

De todo modo, até o início dos anos 1990, travestis não estavam formalmente incluídas no ainda chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). Foi a partir daí, quando este movimento começou a se apresentar mais claramente como uma ação coletiva cuja autoria se remetia a uma espécie de “federação” de diferentes categorias sociais, que elas puderam encontrar algum espaço de representação política. Foi em 1995, que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento de gays e lésbicas, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)³. O termo “travesti” passou então a fazer parte oficialmente da sigla. Nesse momento, a letra “T” diz respeito apenas a “travestis”. A entrada formal da categoria “transexual” é mais tardia.

No final de 2005, é fundado o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) que teve papel central na construção da política do processo transexualizador no âmbito do sistema único de saúde. Houve nos anos seguintes, um afastamento progressivo de muitas das ativistas do CNT dos espaços do movimento LGBT para uma aproximação de espaços institucionais de políticas para mulheres, como no caso da participação no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”. O afastamento dessas ativistas da política LGBT para uma aproximação com movimentos feministas foi alvo de críticas e acusações de divisionismo do movimento. A metáfora de que após a cirurgia “elas atravessam o arco-íris, pegam o pote de ouro e vão embora” foi repetidas vezes utilizada por ativistas travestis como acusação da falta de compromisso político daquelas que se identificavam como transexuais.

Parte das ativistas do CNT também esteve envolvida na demanda por participação de travestis e mulheres transexuais no X Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 2005 em São Paulo. Tal demanda foi aprovada na plenária final daquele encontro, resultando na inclusão dessas pessoas na edição seguinte, realizada em 2009 na Cidade do México. Nesse sentido, no movimento trans do início deste século, a categoria “feminismo” era carregada de outros sentidos e fortemente vinculada ao sentimento de abandono da luta política por parte de antigas companheiras.

É na sequência deste processo que acontece, em janeiro de 2010, a V Conferência da ILGA-LAC⁴ em Curitiba, na qual houve um espaço exclusivo de debate entre ativistas

trans sobre “transfeminismo”, quando lideranças de outros países da América Latina apresentaram este histórico de reivindicação para inclusão em espaços feministas e a necessidade de incorporação de uma perspectiva feminista em sua prática militante.

É no descompasso dos bastidores que a categoria “transfeminismo” se configura como o principal desacordo entre ativistas brasileiras e de outros países da América Latina. Mesmo após toda a apresentação e contextualização da ideia de transfeminismo, uma importante liderança brasileira argumentava que, na realidade nacional, o uso do feminismo entre travestis e transexuais teria outro significado, e que, no Brasil, elas não se reivindicariam feministas. Aqui as categorias “feminismo” e “transfeminismo” não eram percebidas a partir dos significados construídos e expostos no debate, mas a partir das estratégias políticas que fizeram uso das mesmas de uma maneira que foi considerada oportunista e politicamente desleal. Por fim, o debate foi encerrado.

As diferenças na conjuntura política entre a década de 1990 e de 2000 são fundamentais para a compreensão do processo político do movimento trans. Ainda que se considere que o formato de organização deste movimento em ONGs como única possibilidade política compusesse o quadro mais geral de reflexos da agenda neoliberal e de onguização dos movimentos sociais nos anos 1990; é equivocado afirmar que os investimentos da resposta brasileira à epidemia da AIDS na construção de ONGs de travestis tenha sido uma implementação racional e deliberada de um projeto neoliberal compartilhado por esses atores e atrizes. Especificamente no caso do ativismo da AIDS, havia uma compreensão estratégica da importância da organização e empoderamento desta população para a luta por direitos que tivessem no horizonte político a redução das vulnerabilidades sociais em face da infecção pelo HIV, e uma compreensão tática de que naquela conjuntura as ONGs seriam a melhor, se não a única, forma de se executar tal projeto.

Já nos anos 2000, a ampliação dos espaços de interação sócio-estatal, ampliação característica do Governo Lula, abre outra estrutura de oportunidades políticas para os movimentos sociais. Assim, se as ações desenvolvidas pelo movimento na década de 1990, financiadas em larga escala por fundações e organismos internacionais, construíram uma geração militante que relacionava o “fazer política” à “prestação de serviços”, mais claramente à realização de projetos de prevenção ao HIV/AIDS, nos anos 2000 o movimento teve que se familiarizar com outra lógica, ou seja, a lógica da participação e da burocracia dos processos de interação sócio-estatal.

Esta transformação é perceptível na mudança dos temas tratados nos encontros nacionais. Enquanto nas primeiras edições, havia um maior espaço dedicado à instrumentalização de ativistas para a criação e gestão de ONGs; no final dos anos 2000, os encontros são marcados pela presença sistemática de representantes de diferentes esferas de governo compartilhando mesas com ativistas que ocupam espaços de representação da sociedade civil nessas mesmas esferas.

Outro fator determinante na passagem dos anos 1990 pros 2000 foi a popularização do vocabulário médico-psiquiátrico relacionado à transexualidade e a disponibilização de tecnologias de transgenitalização no SUS. Em 1997, as cirurgias de redesignação genital deixam de ser consideradas “crime de mutilação” e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais universitários do país, segundo a Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM). Nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de ativistas com setores da academia e do governo federal, culminando na normatização do processo transexualizador no SUS pelo Ministério da Saúde em 2008. Essa aliança foi, e continua sendo, responsável por uma série de mudanças nas políticas públicas de saúde voltadas para a população trans.

A organização política da identidade transexual trouxe para o centro do debate o não reconhecimento de sua identidade de gênero como disparador de um conjunto mais amplo de injustiças. Assim, num só e mesmo enquadramento, foram incluídas e denunciadas: a violência policial, a negligência médica, a exclusão da família e do ambiente escolar, a migração forçada, a humilhação pública, a violência doméstica, o desrespeito sistemático, o trabalho precário, a pobreza, o controle médico, a esterilização forçada, a prostituição como destino, o HIV, o tráfico de pessoas, o estupro corretivo, e, no topo, o sistemático assassinato de pessoas trans, colocando o Brasil como o segundo país a matar mais pessoas trans no mundo, em relação à população geral.

Nos últimos dois anos, a reivindicação da categoria “transfeminismo” voltou à cena militante. Alguns elementos do contexto atual são necessários para esta compreensão: (i) o afastamento das ativistas do CNT e a diminuição das disputas identitárias internas (significativo uso de “trans” ou “pessoas trans” ao invés de “travestis e transexuais” e aumento de espaços de participação na gestão de políticas públicas nas quais tal diferenciação não importa ou deixou de importar), (ii) a organização política em nível nacional de homens transexuais, (iii) a ampliação no acesso ao ensino superior e aumento relativo na escolaridade média das e dos militantes, (iv) mudança na literatura acio-

nada como inspiradora das conformações identitárias e políticas (saindo da psicanálise para as ciências sociais e a teoria *queer*), (v) o surgimento de outras formas de organização diferentes das ONGs como os coletivos universitários, e (vi) a democratização no acesso à internet e as novas tecnologias de comunicação e informação, e o surgimento da categoria “ciberativista independente”.

Considerando este contexto atual, dois processos se mostram aparentemente antagônicos: de um lado, uma maior institucionalização da luta política através da ampliação dos canais de interação sócio-estatal e da gestão de repertórios para tais interações na esfera discursiva dos encontros presenciais em âmbito nacional, e por outro lado, um processo de desinstitucionalização marcado pelo surgimento de coletivos avessos ao diálogo com o Estado (potencializado pela falência financeira de diversas ONGs), com práticas comunitaristas e repertórios gestados na esfera discursiva da internet.

Nossa hipótese é que esta polarização, que por vezes aparece no vocabulário militante na divisão “cooptadas” ou “caretas” VS. “inconsequentes” ou “radicais”, é muito mais aparente que substancial. Neste sentido, exploramos na sequência os repertórios e discursos de ativistas trans na esfera discursiva da internet a fim de traçar os elementos de continuidade e rompimento no projeto político e nas estratégias acionadas.

OS REPERTÓRIOS CIBERATIVISTAS

Um dos espaços mais comuns para debates entre ativistas trans e um público heterogêneo é o espaço dedicado a comentários de matérias jornalísticas em portais de notícias. Sistemáticamente, diferentes ativistas marcam o não reconhecimento do gênero em matérias que usam construções como “o travesti” ou “o transexual” para se referir às pessoas que se reconhecem no feminino, assim como também destacam notícias e artigos de opinião que constroem um regime de visibilidade depreciativo de pessoas trans, normalmente as associando à criminalidade, à prostituição e ao tráfico de drogas, entre outras situações de transfobia, sejam elas evidentes ou implícitas. Por vezes, tais comentários geram debates com diferentes leitores/as dos portais, que ora apoiam as declarações dos/as ativistas e ora se opõem fortemente com discursos de ódio ou com acusações de “implicância” por parte desses/as ativistas. Em comentários como “deixa de ser implicante”, “isso é procurar pelo em casca de ovo” ou “você não tem mais o que fazer”, nota-se o não reconhecimento explícito da validade política e moral da reivindicação ativista. Nesse sentido, o não reconhecimento da situação de violência

verbal, física ou simbólica constrói um sistema de retroalimentação e validação moral da violência.

O outro uso ativista da internet é para denúncias de violência contra pessoas trans, quase sempre letal. A ausência de possibilidade de notificação específica no caso de assassinatos de travestis e mulheres transexuais faz do transfeminicídio⁵ um fenômeno de difícil mensuração. As estimativas com relação ao número de assassinatos são feitas com base em matérias de jornais e de denúncias nas redes sociais. Entretanto, tais denúncias feitas de forma sistemática, normalmente acompanhadas de fotos de corpos esfaqueados, desfigurados e por vezes esquartejados, levantam a discussão acerca da espetacularização da violência.

Com base em um levantamento de assassinatos de gays e travestis entre as décadas de 1970 e 1990 no Rio de Janeiro, Carrara & Vianna (2006) mostram um processo de construção, em diferentes níveis da justiça (da investigação policial à sentença judicial), das travestis como vítimas banais cujos assassinatos quase nunca são solucionados em decorrência de uma indiferença policial. Esta banalização, então, já se processa antes mesmo da publicação dos crimes em páginas de jornal. Analisando as representações de assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca entre os anos de 1980 e 2000, Lacerda (2006) mostra um processo, não apenas de banalização dos assassinatos, como também de produção do que poderíamos chamar de vítimas culpáveis.

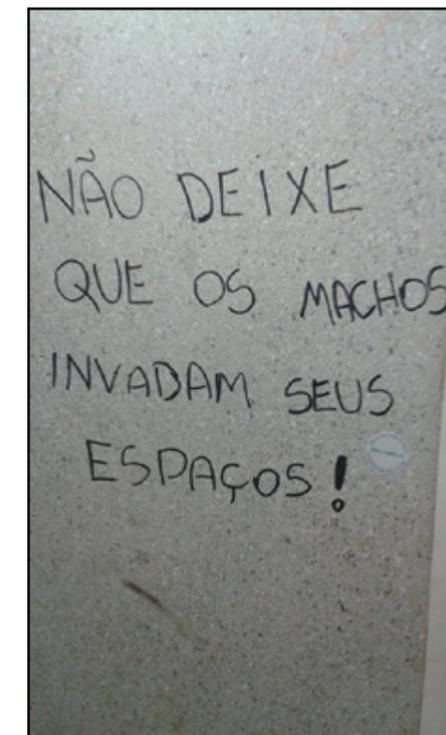
Já nas postagens feitas na internet que acompanham denúncias desse tipo, é comum a expressão não apenas de sentimentos de revolta, mas também de luto, de medo e de tristeza. Nesta estratégia é comum o uso de expressões como “mais uma” ou “quem vai chorar por elas?”. Ou seja, haveria um subtexto: “Pessoas como eu são assassinadas deste modo. Eu tenho medo de ser assassinada. Imagine você o que seria viver com o medo constante de morrer”. Independentemente do risco de banalização destes assassinatos, a denúncia constante dos mesmos sinaliza um apelo desesperado por reconhecimento da violência sofrida, que em última instância, põe em risco a existência de pessoas trans.

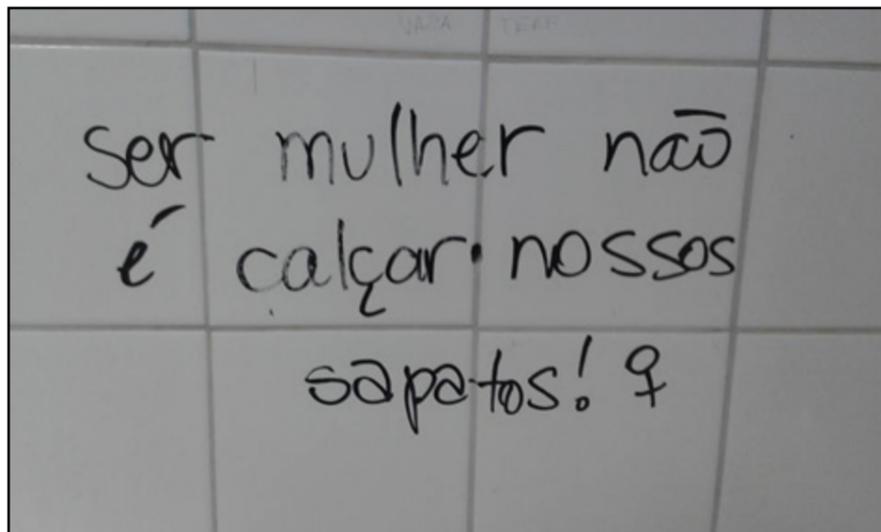
Apresentamos na sequência um estudo de caso do ativismo *online* de Amara Moira⁶, no qual será possível marcar as continuidades e rompimentos no projeto político e nas estratégias acionadas, mencionadas anteriormente.

ENTRE PAREDES DE UM BANHEIRO E POSTAGENS NO FACEBOOK: O POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA INTERNET

No final de 2014, apareceram pichações em banheiros femininos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), onde a travesti Amara Moira cursa seu doutorado em literatura. Em 3 de dezembro de 2014, Amara publicou as fotos das pichações nas redes sociais e fomentou o debate sobre o uso de banheiro e o respeito à identidade de gênero de pessoas trans. Seguem algumas dessas fotos:

Figura 1: Pichações em banheiros femininos do IFCH-Unicamp





Fonte: Acervo Amara Moira (disponível em: <www.facebook.com/amoiramar>, último acesso em 23/08/2015, publicado com autorização de Amara Moira).

Junto com tais fotos, Amara publicou o seguinte texto:

TRANSFOBIA NA UNICAMP: DIAS CONTADOS

Se esquecem as **radfems** que a divisão por gêneros dos banheiros se deu para evitar violências cometidas contra mulheres, ou seja com o intuito de proteger: no entanto, a coisa se naturalizou de tal forma que todes⁷ acham, hj, que a divisão se deu por questões anatô-

micas, as **radfems** reivindicando o direito de só portadoras de vagina original de fábrica fazerem uso do dito banheiro feminino (nem as cirurgiadas deixam de ser “machos” pra elas [...]). O lugar onde travestis e transexuais farão suas necessidades básicas não interessa às **radfems**, nem o fato de, ao entrarmos nos banheiros masculinos, sermos ameaçadas, agredidas, assediadas, de lá homens cis⁸ ficarem mostrando o pênis pra nós sem nenhuma de nós pedir por isso, só por sermos travestis e transexuais - **ora lixo abjeto, ora objeto sexual**. Mas hoje começa a nossa ofensiva, nosso contra-ataque. Documentamos todas as pichações transfóbicas nos banheiros femininos, expusemos numa reunião com a Diretoria Acadêmica todos os constrangimentos que sofremos com o nome social tal qual oferecido pela Unicamp (apenas seis pessoas se sujeitaram a solicitar essa gambiarra, essa cidadania de segunda classe, por aqui), todas as vexações e abusos sofridos nas mãos do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) e do Serviço de Assistência Psicológica e Psiquiátrica ao Estudante (SAPPE), tudo isso estando já a caminho das instâncias legais para que a Defensoria Pública e o CR LGBT coloquem a Unicamp contra a parede e exijam um trabalho de capacitação de funcionários e de conscientização amplo das pessoas que frequentam o campus [...]. (grifos nossos)

Esta postagem foi compartilhada por quase 300 pessoas, a notícia se espalhou e foi repercutida por diversos portais de notícias na internet, chegando inclusive a um dos principais jornais locais de Campinas. O jornal “Correio Popular” publicou duas matérias de capa sobre o assunto; a primeira em 10 de dezembro de 2014, tratando das ameaças e dos protestos feitos por estudantes trans e a segunda, em 15 de dezembro de 2014, tratando de problemas gerais enfrentados por pessoas trans no cotidiano.

Um grupo de estudantes trans da universidade organizou uma “comissão transfeminista” para dar encaminhamento das queixas tanto na universidade quanto em órgãos externos, como anunciado na postagem de Amara. A solução apresentada pela administração da universidade foi tentar limpar as pichações, o que se mostrou ineficaz, pois as marcas permaneciam em boa parte delas. Antes dessa tentativa, esse grupo de estudantes trans respondeu às pichações nos mesmos banheiros.

Figura 2: Respostas às pichações em banheiros femininos do IFCH-Unicamp



Fonte: Acervo Amara Moira (disponível em: <www.facebook.com/amoiramar>, último acesso em 23/08/2015, publicado com autorização de Amara Moira).

Algumas considerações sobre estes fatos merecem atenção: (i) Amara usa a categoria “as radfems” para identificar as autoras das pichações, (ii) nas respostas pichadas no banheiro o símbolo do transfeminismo é utilizado em oposição ao espelho de Vênus como símbolo mais clássico do feminismo, e (iii) no espelho do banheiro pode se ler “Rala TERF!” como resposta às agressoras. “As radfems” é uma menção às feministas radicais que consideram que apenas as “portadoras de vagina original de fábrica” (nas palavras de Amara) estariam incluídas no sujeito político do feminismo. Outra versão

desta mesma ideia é o uso da categoria “TERF” que significa *trans-exclusionary radical feminists*, ou feministas radicais que excluem trans.

No longo debate ocorrido nos comentários da postagem de Amara⁹, um dos participantes compartilhou uma mensagem pública de uma estudante da Unicamp que se identificava como “feminista radical”:

Eu não acho que mulheres “trans” deveriam usar o banheiro masculino, mas entendo completamente que mulheres nascidas com vagina, mulheres XX, “cis”, não as queiram no banheiro feminino. [...] porque algumas mulheres “trans” podem agredir e estuprar mulheres “cis” da mesma forma [...] não me sinto segura com uma mulher trans no banheiro. Ela pode se identificar como lésbica e me estuprar pode me odiar porque sou feminista radical e me matar.

(Disponível em: <www.facebook.com/photo.php?fbid=1523758481212037&set=p.1523758481212037&type=1>, último acesso em: 26/03/2015).

A estudante que escreveu estas palavras tornou-se a principal suspeita no caso, porém nada foi comprovado. Percebe-se que por trás do que poderia se identificar como uma disputa entre diferentes epistemologias feministas encontra-se o difícil processo de luta por legitimidade das experiências trans. “Ora lixo abjeto, ora objeto sexual” aparece como uma locução dos regimes de visibilidade trans disponíveis e acionados por discursos que associam o perigoso e o poluído. O poluído não é apenas o estranho, o lixo ou o abjeto. O poluído é fundamentalmente o não reconhecido. Os elementos que compõem determinada experiência, ou neste caso específico determinado corpo, são compreendidos como uma panaceia sem sentido. A ausência de sentido é perigosa e simultaneamente necessária para a produção das fronteiras do “normal” (DOUGLAS, 1976).

Entretanto, as polêmicas com Amara não se restringem às interpretações sobre o acesso e a permanência em banheiros públicos a partir de diferentes epistemologias feministas. Antes desses fatos relatados, Amara já escrevia em seu blog “E se eu fosse puta”, que no princípio era vinculado a uma página no Facebook de mesmo nome. Assim aparece a descrição do blog:

Doutoranda em literatura, travesti em inícios de carreira, Amara Moira viu que tava mais fácil transar sendo paga doq [do que] dando-se de graça, facinha como ela é. Início de transição, ninguém querendo seu corpitcho de fêmea púbere, decidi ir fazer a rua, percebendo nisso todo um prazer em não só viver ali o sexo (nas formas inusitadas em que me surge), como também em rememorar dps [depois] a experiência e trabalhá-la em texto: travesti que se descobre escritora ao tentar ser puta e puta ao bancar a escritora.

(Disponível em: <eseufofosseputa.blogspot.com.br>, último acesso em 26/03/2015)

A página do Facebook associada ao blog foi removida da rede social depois de repetidas denúncias de conteúdo impróprio. O primeiro foi em relação a uma foto em que Amara aparece de seios de fora numa manifestação de rua do movimento trans e a segunda foi por apologia ao uso de drogas nos seus relatos de cenas da prostituição travesti em Campinas. Como as denúncias em relação a conteúdos do Facebook são anônimas, não se sabe de onde partiram, mas as suspeitas recaem sobre estudantes da Unicamp, pois o número de “curtidas” na página aumentou exponencialmente após as denúncias relacionadas às pichações nos banheiros. Desistindo de contestar as repetidas denúncias junto aos administradores do Facebook, Amara publica a seguinte mensagem em seu blog no dia 13 de março de 2015:

Andei meio sumida daqui, vcs viram, não virão [sic] mais. Aquele mal-entendido básico fez o RostoLivro10 ler indecência onde havia não mais que realismo vulgar, do mais pé-no-chão, coisa aq [a que] a família brasileira não anda acostumada. Ainda. Ainda assim, travesti é isso, puta é também, vão querer continuar fingindo que a gente não existe? Sento lamento choro, não deu, não vai dar. O pai de família respeitável que atendo na zona acha um barato papar a mim por dindim, o fim da picada eu contar a historinha pra meio mundo. Comecei por safadeza mesmo, assumo, carência brutal, vontade que me desejassem, pegassem, pagassem por mim, mas rapidim eu vi que não era assim bom como eu sonhava, e aí escrever sobre, poder escrever sobre, começou a ser razão de eu continuar. Qto vcs [quanto vocês] saberiam da vida por trás dos panos da profissão mais mal-falada do mundo não fosse por mim?

(Disponível em: <eseufofosseputa.blogspot.com.br>, último acesso em 26/03/2015)

Caracterizado como “realismo vulgar” pela própria autora, o blog, e outrora a página no Facebook, configuram-se como ferramentas simultâneas de autorreconhecimento e de luta por reconhecimento social. Autorreconhecimento de Amara como travesti e como alguém sexualmente desejável, e não obstante como uma “travesti que se descobre escritora ao tentar ser puta”. E luta por reconhecimento da experiência da prostituição como politicamente legítima e constitutiva das lutas feministas. Ao construir um regime de visibilidade que associa as categorias “travesti” - “puta” - “feminismo”, Amara não apenas contesta o feminismo das que ela mesma categoriza como “radfems” ou “TERF”, como incomoda. Pois, o incomodo seria o sentimento mais presumível na motivação de denúncias de conteúdo impróprio feitas no Facebook.

As movimentações de Amara na Unicamp renderam frutos. A “comissão transfeminista” criada para dar encaminhamento às denúncias acabou se tornando o coletivo “Trans-

Tornar”, formado por estudantes trans da universidade, cuja função seria “divulgar a Palavra da Salvação Transfeminista entre pessoas cisgêneras”. Em certa medida, poderia se advogar que o sarcasmo em tais discursos seria uma nova edição do *camp11* enquanto prática frequente em diferentes expressões identitárias do universo trans. Por hora, sinalizamos que estes elementos são indicativos do surgimento de uma nova práxis política, imbricada na internet e composta por uma nova geração de travestis, com potencialidade não apenas na mobilização para o debate (expressa na quantidade de “curtidas” e compartilhamentos das postagens) como para o processo de deliberação sobre o assunto (notável na quantidade de comentários e na repercussão em outras mídias).

VELHAS CARETAS E JOVENS IRRESPONSÁVEIS

Estas novas práticas ativistas não surgem sem conflitos. No final de 2014, em meio a uma reunião com ativistas trans, uma ativista mais jovem questionava uma veterana sobre a insistência do movimento em que as pessoas trans se identificassem como travestis ou transexuais, exclusivamente. A ativista mais velha dizia que essa diferenciação fazia parte do um debate histórico do movimento e que foi assim que o mesmo se constituiu. A jovem então diz: “mas aí fica um movimento muito careta”. Em resposta, a veterana se defende: “vocês jovens é que são irresponsáveis com a construção política”. Este breve diálogo dá indícios de um conflito entre gerações de ativistas.

Tal conflito está contido no processo de retomada da categoria “transfeminismo” por uma nova geração, mais claramente no vocabulário militante a ela relacionado. Aqui falamos principalmente do uso de “cis” e suas derivações: “mulheres cis”, “homens cis”, “pessoas cis”, “cisgênero”, “cissexismo”, “cisnormativo”, “cis-heteronorma”, “cistema”, entre outras.

Parece plausível a criação de uma categoria de classificação das experiências de sexo e gênero opostas às experiências trans, em um formato parecido com o surgimento da categoria “heterossexual”, posteriormente e em oposição à categoria “homossexual”. Entretanto, o uso não é consensual principalmente entre ativistas mais antigas no movimento. Uma parte das críticas alega que a categoria não é conhecida e que as pessoas não entendem quando se fala “mulher cis”, por exemplo. Não se trata exatamente de um conflito insuperável, acreditamos que esteja em processo um aprendizado paulatino de uma nova nomenclatura gestada em interconexões complexas. Primeiramente, é importante perceber que o surgimento dessas novas categorias vai aos poucos construindo

uma episteme política trans que por ora é caracterizada pela expressão *transfeminismo*. A partir da emergência de um sujeito político definido como “pessoas trans”, não mais situado dentro do espectro das homossexualidades, também se produz uma categoria para a opressão sofrida por esse sujeito político: a “transfobia”. Pela quase inevitabilidade do pensamento político em se constituir em pares opostos (dominador/dominado, opressor/oprimido, etc.), é necessário se construir um oposto a “trans” que não seja “normal”, “biológico” ou “de verdade”. Surge assim o “cisgênero”. Na busca de compreensão dos mecanismos pelos quais a transfobia opera, começa a se falar em “privilégios cis” que são garantidos a partir de um sistema que impõe semânticas estanques ao espectro de sexo-gênero: o “cistema”. E assim por diante vão se construindo uma série de novas categorias na composição de uma teoria política trans gestada na esfera discursiva da internet.

Por fim, outro ponto de tensão: a relevância dada à internet como palco de ação política. Algumas ativistas mais antigas criticam o que consideram uma supervalorização da internet como espaço para o ativismo. Estas argumentam que as coisas e a vida acontecem no “mundo real” e não na internet. Por outro lado, as/os ativistas mais jovens reivindicam a importância deste espaço para interlocuções com outras/os atrizes/atores da sociedade civil, assim como uma ferramenta potente no diálogo com a sociedade englobante. Tais dicotomias refletem outro conflito geracional mais amplo. Ativistas mais antigas alegam que pouca coisa se conquista de fato pela internet, pensando em termos de legislações específicas ou proposições de políticas públicas; enquanto a nova geração parece se preocupar mais centralmente com a mudança de mentalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já passados mais de vinte anos de ativismo trans no Brasil, nenhum projeto de lei de interesse desta população foi aprovado, seja no sentido da criminalização do preconceito ou do reconhecimento jurídico da autodeterminação de gênero na facilitação dos processos de retificação de nome e sexo nos documentos. Entretanto, os efeitos de duas chaves de políticas públicas sobre a realidade desta população geraram mudanças nas possibilidades concretas de vida e conseqüentemente no surgimento de uma nova geração militante. Aqui falamos do processo transexualizador e dos inúmeros decretos municipais e resoluções de conselhos universitários autorizando o uso do nome social por pessoas trans no ambiente escolar.

Por um lado, o processo transexualizador vem possibilitando uma reconfiguração na vida de pessoas trans não apenas pelo oferecimento das tecnologias de transformação corporal, mas fundamentalmente pela sanção estatal da possibilidade de tais transformações, o que tem efeitos concretos e simbólicos. Por outro lado, o uso do nome social no ambiente escolar tem possibilitado a diminuição na evasão escolar e conseqüentemente o aumento na escolaridade média da população trans, perceptível inclusive na criação de coletivos universitários trans (algo impensável dez anos atrás).

Assim, no contexto atual (fruto dos efeitos difusos e concretos de políticas públicas), os desafios colocados à luta política também se transformam. Os efeitos sociais e culturais resultantes de ações institucionais também dependem da ação política cotidiana para serem levados a cabo. Ou seja, a possibilidade de uso do nome social por estudantes trans da Unicamp não resultará automaticamente no respeito à identidade de gênero dessas pessoas pela comunidade acadêmica, mas estrutura as possibilidades e repertórios da luta política.

Não há, então, diferenças em termos de projeto político, que de fato continua o mesmo: o direito à autodeterminação de gênero e a luta por sua respeitabilidade. O que muda são as estratégias e os repertórios. De um lado, um foco maior nas interações sócio-estatais para a proposição e elaboração de políticas públicas implica a construção de uma carreira militante no qual as ativistas seriam despidas de uma série de comportamentos que pudessem se relacionar às características atribuídas ao estigma travesti (CARVALHO, 2011b). Num processo de higienização política, elas se tornariam “respeitáveis militantes”, em oposição às “bichas loucas”, guardando algumas semelhanças com o que MacRae (1982) falava sobre o início do movimento homossexual.

Por outro lado, na esfera discursiva da internet observa-se uma diminuição da necessidade de ser “respeitável”. Este processo não é encenado apenas por ativistas mais jovens. Há um discurso subjacente e relativamente amplo no qual a representação de um papel respeitável é descrita como infrutífera por ter apenas proporcionado “migalhas de direitos”. Entram em cena discursos que visam “incomodar”, numa estratégia que não busca a “tolerância” ou a “aceitação”, mas a simples afirmação de que “você vão ter que se acostumar”. Coexistem, então, posições mais defensivas, baseadas no encobrimento do estigma para um diálogo com o Estado, com posições mais radicais, permeadas por um sentimento de descrédito em tais mecanismos de diálogo ou na própria estratégia. A diferença nas estratégias e repertórios estaria também relacionada

com as diferenças nas arenas de luta política. Ou seja, respeitabilidade e diálogo para a construção de políticas públicas na arena estatal e, confronto e sarcasmo para “incomodar” as/os adversárias/os políticos presentes na arena virtual.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio**. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf>, último acesso em 20/03/2015. Publicado em: 04/06/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implementado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de agosto de 2008.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. 2011a. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. A (im)possível pureza: medicalizações e militância na experiência de travestis e transexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CLAM, n. 8, p. 36-62, 2011b.

_____.; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CLAM, n. 14, Dossier n. 2, p. 319-351, 2013.

_____. 2015. **“Muito Prazer, Eu Existo!”**: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CEPESC, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução nº 1482/1997. Autoriza a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários com o tratamento dos casos de transexualismo. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 set. 1997. Seção 1, p. 20.944. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm>. Acesso em: 5 maio 2010.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. 232p. (Coleção Debates)

LACERDA, Paula. **O Drama Encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO et al., **Caminhos Cruzados: linguagem, antropologia, ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 99-111.

NEWTON, Esther. **Mother Camp: female impersonators in America**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1979.

NOTAS

1. Utilizamos aqui *travestis*, *mulheres transexuais* e *homens transexuais* como categorias nativas através das quais certos coletivos se identificam no campo político. De um lado, travestis e mulheres transexuais podem ser definidas grosso-modo como pessoas assignadas ao nascer como do sexo masculino, mas que se constroem naquilo que reconhecem como feminino ou mulher; e de outro lado, homens transexuais são pessoas assignadas ao nascer como do sexo feminino, mas que se constroem naquilo que reconhecem como masculino ou homem. Apesar dos esforços de definição do que seja travesti e transexual, tanto no plano político quanto no plano científico, o uso cotidiano desses termos por aquelas que os utilizam como categorias identitárias é bastante diverso, sendo que uma mesma pessoa pode se identificar ora como travesti, ora como transexual dependendo do contexto. Há no entanto um relativo consenso político no uso da categoria *peças trans* como englobante das diversas expressões identitárias, assim como com o uso de *movimento de travestis e transexuais*, ou simplesmente *movimento trans*, como forma de explicitar os sujeitos políticos do movimento.
2. Para um histórico mais detalhado do movimento de travestis e transexuais, ver Carvalho (2011a) e Carvalho & Carrara (2013), já para um histórico específico da organização política de homens trans no Brasil, ver Carvalho (2015).
3. Atualmente, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).
4. Setorial para América Latina e Caribe da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*.
5. A socióloga Berenice Bento (2014) sugere categorizar este tipo de assassinato como transfeminicídio, a fim de ressaltar a premência do gênero na motivação da violência, diferenciando-a assim de assassinatos com motivação homofóbica (contra gays e lésbicas).
6. Em virtude do espaço limitado apresentamos em detalhes apenas um caso. Para um estudo mais completo incluindo diversas práticas de ciberativismo trans, ver Carvalho (2015).
7. Outra forma utilizada para proporcionar neutralidade de gênero na escrita é substituir as vogais “o” e “a” por “e” em palavras como “todes” e “menines”.
8. Homem Cis é aquele que assignado ao nascer como do sexo masculino se constrói naquilo que reconhece como masculino ou homem.
9. Foram centenas de comentários em menos de 48 horas.
10. Tradução literal de “Facebook”.
11. *Camp* é um conceito utilizado por Newton (1979) para classificar o humor ácido característico dos shows de *drag queens*.

Artigo recebido: 30 de junho de 2015

Artigo aceito: 30 de JULHO de 2015